

29 JAN 2019

FOLHA DE LONDRINA

RICARDO PEREIRA DE FREITAS GUIMARÃES

Brumadinho: vidas tarifadas, indenizações e ausência de temor pelo Judiciário

A tragédia ocorrida no município de Brumadinho, em Minas Gerais, pelo rompimento da Barragem I da Mina Córrego do Feijão já é um dos maiores, senão o maior, acidente de trabalho registrado no Brasil. Evidentemente, causa indignação e perplexidade no cidadão pelo grande número de vítimas fatais, desaparecidos e toda a destruição que provocou na região. Além disso, o desastre ocorreu pouco mais de três anos de outro rompimento de barragem na cidade de Mariana, também em Minas Gerais.

No quesito “aspecto legal” podemos apontar duas razões que concorrem para a continuidade dessas tragédias. Primeiro, a institucional alteração legislativa promovida pela reforma trabalhista que limita o dano extrapatrimonial do humano nas relações de trabalho a 50 (cinquenta) vezes o valor do seu salário, criando, em tese, amarras ao Judiciário e categorizando o cidadão. E, segundo, pelo incentivo ao destemor pelo Poder Judiciário, propugnando o desenvolvimento empresarial capitalista pelo menor custo a qualquer custo, ainda que se trate de vidas.

Não são poucos os empregados do primeiro acidente ocorrido em Mariana que ainda não receberam suas indenizações, o que comprova de forma transparente a ausência de temor reverencial de alguns empregadores pelas decisões judiciais. Mesmo após a primeira tragédia, por ser mais barato discutir judicialmente do que acolher as famílias dos empregados e corrigir os erros, a Vale, empresa responsável nos dois casos optou pelo seu “Vale Recurso”, se valendo do Judiciário para arrastar as inde-

nizações devidas por vidas ceifadas.

A juíza plantonista Renata Lopes Vale, da Vara do Trabalho de Betim, determinou o bloqueio de R\$ 800 milhões da mineradora Vale. O congelamento tem o objetivo de assegurar as indenizações necessárias a todos os atingidos, empregados diretos ou terceirizados, pelo rompimento da barragem, em Brumadinho. A esperança é que realmente as autoridades comecem a lutar pelos interesses do trabalhador e do cidadão brasileiro que é vítima desse capitalismo que visa apenas o lucro a qualquer custo, inclusive do custo da vida humana.

Alguns gostam de citar exemplos de outros países quando tratamos de proteção dos empregados, tentando por meio de retórica píflia, demonstrar que na ausência de proteção há geração de empregos e desenvolvimento. Ledo engano. Nos países com maior desenvolvimento, e para citar o preferido dos embusteiros, nos Estados Unidos da América, não há indenizações pequenas, mesmo para situações infinitamente menores das que ocorreram em Minas Gerais. Enquanto

nossas autoridades - Executivo, Judiciário e Legislativo - não compreenderem que indenizações devem ser fixadas em valores consistentes, de modo a ser mais barato corrigir os erros do que discutir no Judiciário, aguardaremos a próxima sirene da Vale tocar. Isso é, se ela tocar, o que não ocorreu em Brumadinho.

RICARDO PEREIRA DE FREITAS GUIMARÃES, advogado e professor de direito e processo do trabalho da pós-graduação da PUC-SP



*Indenizações
devem ser fixadas
em valores
consistentes, de
modo a ser mais
barato corrigir os
erros do que discutir
no Judiciário”*

29 JAN 2019

FOLHA DE LONDRINA
**'O maior desvio
de dinheiro da
história do Paraná'**

MPF denuncia Beto Richa e mais 32 por esquema de R\$ 8,4 bilhões nos pedágios; esquema teria começado há 20 anos, passando também pelas gestões de Lerner e Requião



Força-tarefa da Lava Jato estima que em razão da corrupção tarifas nas estradas foram elevadas, mas menos de 25% das obras contratadas saíram do papel

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA 29 JAN 2019

CONTINUAÇÃO

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba - O ex-governador do Paraná Beto Richa (PSDB), seu irmão Pepe Richa, que foi secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, e outras 31 pessoas foram denunciados nessa segunda-feira (28) por corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro e pertencimento a organização criminosa.

Segundo a força-tarefa tarefa da Lava Jato, os acordos ilícitos somam R\$ 8,4 bilhões, desviados por meio de supressões de obras rodoviárias e aumento de tarifas em concessões de pedágio. A acusação disse que se baseia em provas de rastreamento financeiro, e-mails e palavras dos colaboradores, como o ex-diretor do DER (Departamento de Estradas de Rodagens) Nelson Leal Jr. e o ex-presidente da Econorte, Hélio Ogama. Ambos estão presos desde o ano passado, quando foi deflagrada a Operação Integração. O ex-chefe de gabinete de Richa, Deonilson Roldo, é outro denunciado que também segue detido por conta da Integração.

Beto Richa está preso desde a última sexta-feira (25) no Regimento de Polícia Montada Coronel Dulcídio, da PM (Polícia Militar), no bairro Tatumã, em Curitiba. Seu contador, Dirceu Pupo, também foi detido, mas levado à Casa de Custódia, em Piraquara, na região metropolitana da capital. As duas prisões são preventivas, isto é, sem prazo determinado.

O MPF (Ministério Público Federal) apresentou nessa segunda duas denúncias diferentes. Os crimes são relacionados às investigações da Operação Integração, desdobramento da Lava Jato. Uma delas é contra os irmãos Richa, acusados de comandar o esquema de propina das seis rodovias do Anel de Integração, e mais oito agentes públicos.

A outra acusação, relacionada a empresários, envolve os ex-presidentes das concessionárias Econorte, Viapar, Ecocataratas, Caminhos do Paraná, Rodonorte e Ecovia. O ex-diretor regional da ABCR (Associação Brasileira de Concessionária de Rodovias) no Paraná João Chiminazzo Neto foi denunciado como principal operador financeiro do esquema criminoso.

Segundo o MPF cita na denúncia, “no decorrer das investigações, concluiu-se que os esquemas de corrupção se complementavam, sendo que João Chiminazzo Neto era o operador financeiro de propina das concessionárias e fazia entregas mensais a diversos agentes públicos, estando entre esses funcionários Maurício de Sá Ferrante, Antonio Queiroz ‘Cabeleira’ e José Stratmann, todos da Agepar (Agência Reguladora do Paraná, responsável por avaliar o valor das tarifas), como também Aldair Petry, da Secretaria de Infraestrutura e Logística que, por sua vez, fazia a distribuição para José Richa Filho, Nelson Leal Junior, além de outros agentes públicos do DER/PR e a Luiz Abi Antoun. Este último (primo

de Beto Richa), a seu turno, repassava valores em proveito do ex-governador Beto Richa.” Ferrante, “Cabeleira”, Stratmann e Petry também estão entre os denunciados pelo MPF.

SUBORNOS

Conforme o MPF, os citados pagaram subornos de até R\$ 35 milhões para obter favorecimentos contratuais que excluam obras e aumentavam tarifas. “É a mesma coisa do caso Petrobras: captura indevida do Estado por interesses privados. Esses agentes públicos chamavam propina de ajuda de campanha, mas havia contraprestação. Eles beneficiavam as concessionárias de modo indevido”, contou o coordenador da força-tarefa, Deltan Dallagnol.

De acordo com o procurador da República Diogo Castor de Mattos, esse “é virtualmente o maior desvio de dinheiro já comprovado da história do Paraná”. O esquema teria começado em 1999, na gestão do ex-governador Jaime Lerner (1995-2002), então filiado ao PFL, hoje DEM, e passado pela administração Roberto Requião (2003-2010), do MDB. Em razão da corrupção, o órgão estima que as tarifas nas estradas foram elevadas e menos de 25% das obras contratadas foram executadas.

Em relação aos demais ex-governadores, o procurador argumentou que do ponto de vista criminal existe prescrição. “Há uma situação de extinção de punibilidade. Mas na parte de improbidade administrativa, o ressarcimento do dano causado é imprescritível. Ainda há possibilidade”, explicou.

CONTINUA

29 JAN 2019

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

O prazo máximo da prescrição criminal seria de 20 anos. "Se o cidadão completa 70 anos, já reduz para a metade", acrescentou, em referência a Lerner e Requião. "Uma coisa que nós da Lava Jato temos batido é que, se queremos combater a corrupção, precisamos mudar as regras prescricionais", defendeu Dellagnol.

GILMARMENDES

O coordenador no MPP argumentou que a prisão de Richa não descumpriu decisão do ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), que em setembro ofereceu salvo conduto ao tucano, pois fatos novos a tornaram "imperiosa". "Houve pagamento de propinas recentes (...) Além disso, existiu um risco específico, que foi a tentativa de interferir nas investigações. Em agosto de 2018, um agente, em nome do Richa, procurou um corretor de imóveis para influenciar em seu testemunho".

Segundo Mattos, houve participação de outros familiares de Richa, como a esposa, Fernanda, e os filhos, em irregularidades, entretanto, o domínio da ação não parte deles. "Inclusive e-mails apreendidos comprovam que em toda decisão em relação aos imóveis a palavra final foi do ex-governador. A pessoa que tinha o poder de comando e praticou diretamente os atos de obstrução da investigação foi ele", comentou.

RASTRO DE MORTE

Para Deltan Dallagnol, além do prejuízo financeiro, o esquema nos pedágios deixou um "rastros de morte" no Estado. Ele destacou que, segundo a PRF (Polícia Rodoviária Federal), nos últimos cinco anos houve 1.714 mortes em rodovias federais, sendo 403 em colisões frontais em trechos de pista simples.

"A grande maioria dessas mortes poderia ter sido evitada. A falta de fiscalização, de ética e de uma justiça efetiva tem gerado um ambiente favorável a muitas mortes. Parecem acidentes, mas não são", afirmou Dellagnol. "São 1.714 lares enlutados, ao custo da má gestão e da não observância dos termos contratuais", completou o superintendente da PRF, Ismael Oliveira.

CONTINUA

29 JAN 2019

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

O que dizem os citados

Vitor Struck

Reportagem Local

Em nota, a assessoria do ex-governador Beto Richa e do irmão, Pepe, afirma que ainda está tomando conhecimento do conteúdo da denúncia e que deve se manifestar em seguida. “A defesa reafirma que seu cliente não cometeu nenhuma irregularidade, que a prisão é arbitrária e que ele sempre esteve à disposição da Justiça para provar sua inocência”, diz a nota.

A ABCR, que representa as concessionárias, diz por meio de nota que “como instituição não participa de qualquer iniciativa não republicana, que comprometa o desenvolvimento sustentável do programa de concessões de rodovias, baseado no diálogo aberto, trans-

parente e ético com poderes concedentes, órgãos de controle, agências reguladoras e parlamentares.” A assessoria complementa que “o suposto envolvimento do ex-diretor da ABCR no Paraná, citado na operação Integração II, levou a entidade a encerrar as atividades do escritório de Curitiba” e que “tal postura é reforçada pelo Código de Conduta da associação, que norteia a atuação de seus funcionários e associados, no relacionamento com parceiros, fornecedores e poder público. A conduta da associação em relação às operações Integração I e II será a de acompanhar o andamento do processo e contribuir com o esclarecimento de todos os fatos.”

Por meio da assessoria, a concessionária Econorte diz que não irá se manifes-

tar. Ogama é um dos colaboradores do MPF nas investigações.

Já o advogado Adriano Bretas, que defende o ex-presidente da ABCR- PR, João Chiminazzo, informa que sobre as denúncias do MPF apontadas na tarde desta segunda, no âmbito da Operação Integração, ainda não tomou conhecimento do teor dos fatos e irá se manifestar dentro do processo.

A assessoria do senador e ex-governador Roberto Requião (MDB) afirma que no período em que governou o Paraná (2003-2010) Requião entrou com 40 ações na Justiça para derrubar o preço do pedágio.

A reportagem não conseguiu contato com o ex-governador Jaime Lerner e os demais denunciados mencionados na reportagem.

29 JAN 2019

FOLHA DE S. PAULO

JOSÉ PADILHA

Cineasta, diretor dos filmes "Tropa de Elite" (2007), "Tropa de Elite 2" (2010) e "RoboCop" (2014)

Sergio Bolsomoro

Ministro corre risco se abdicar de convicções éticas

O governo Bolsonaro já começou carimbado por suspeitas gravíssimas de corrupção. Flávio Bolsonaro, senador eleito pelo Rio de Janeiro, está para lá de enrolado com as movimentações atípicas nas contas de seu ex-assessor e na sua própria conta.

Não precisamos de Sherlock Holmes, ou de Capitão Nascimento, ou mesmo do deputado Fraga para concluir o óbvio: ninguém movimentou recursos de maneira tão anormal quanto Flávio Bolsonaro e seu ex-assessor. Depósitos em dinheiro, feitos um seguidinho do outro, dia após dia... Se o cara não tem algo sério a esconder, no caso a famosa prática de receber parte do salário de funcionários da Alerj, podemos dizer que se esforçou muito para parecer culpado.

Aliás, o senador continua se esforçando para parecer culpado nas entrevistas que concede para tentar explicar o que parece ser inexplicável, e faz o mesmo em sua atuação no âmbito jurídico.

Seu pai, o presidente eleito para salvar os brasileiros da corrupção (real) de PT/PMDB, já o jogou do convés do barco: "Se errou, vai ter

que pagar". Presidente, ao que tudo indica, vai ter que pagar. Muito provavelmente por corrupção e desvio de verbas públicas, além de possível associação com milicianos. E não se esqueça: teve um capilé que foi parar na conta da primeira-dama...

O que me leva ao título deste artigo: Sergio Moro, o novo e poderoso ministro da Justiça, ungido pela eficiente luta contra a corrupção empreendida no âmbito da Operação Lava Jato, vai ficar assistindo a tudo isso sem fazer ou falar nada?

Queira ou não queira, ao aceitar o convite de Jair Bolsonaro para trabalhar no Ministério da Justiça, Sergio Moro avalizou implicitamente o governo Bolsonaro. Deu a este governo um carimbo de ética e de luta contra a corrupção. E, ao fazê-lo, colocou a sua biografia em jogo.

Lembro a Sergio Moro a famosa história do grande economista liberal Eugênio Gudín (1886-1986), que, apesar de ter controlado a crise econômica resultante da instabilidade política durante a transição do governo Vargas para o de Juscelino Kubitschek, pediu o boné assim que percebeu que o governo de Juscelino

não seria orientado por visão liberal do controle dos gastos públicos.

Ou seja, não flexibilizou as suas convicções pessoais sobre a economia para se ater ao poder. (Espero o mesmo de meu amigo Paulo Guedes!) Pois bem: Sergio Moro vai flexibilizar as suas posições éticas para ficar em um governo que já nasce maculado?

Posto o problema está. Restam ao ministro três formas de lidar com ele: primeiro, pode calar e consentir. Segundo, pode pedir o boné. E, por fim, pode atuar decisivamente em favor de suas convicções éticas, colocando todo o aparato policial e jurídico que tem a sua disposição para investigar o senador Flávio Bolsonaro, dando um sinal claro para a sociedade de que, enquanto ministro, vai trabalhar pela justiça, doa a quem doer.

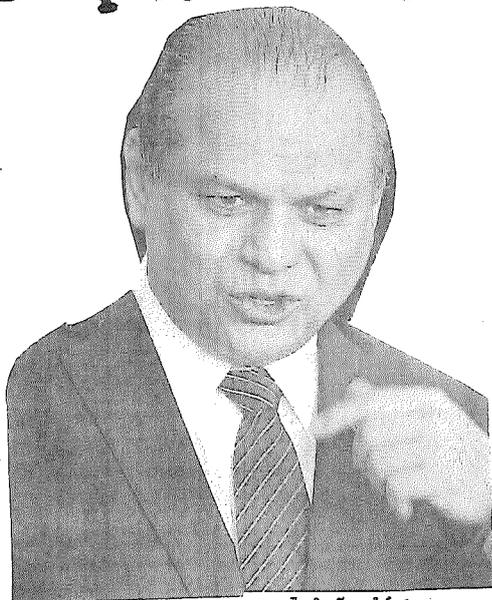
Em seu primeiro artigo como jornalista, Eugênio Gudín escreveu criticamente sobre a política de investimentos, conhecida como "50 anos em 5", do então presidente JK. Consta que Gudín dizia o seguinte acerca das gastanças de Juscelino em Brasília: "O Juscelino era um bom rapaz, bem intencionado, mas muito playboy. Ele criou uma capital que não produz nada". Sergio Moro criou um capital moral, e os brasileiros apostaram nele. Resta ver se este capital vai produzir algo de concreto.

Se não produzir nada, não chamei o ministro Sergio de playboy, que isso ele não é. Mas, se o ministro Moro capitular em suas convicções éticas quando essas se aproximam dos Bolsonaros, corre o risco de ficar conhecido pela alcunha de Sergio Bolsomoro.

Ministério Público solapa Bolsonaro, afirma deputado do PP

Ricardo Magalhães Barros, 59

Assumirá nesta semana seu sexto mandato de deputado federal. Engenheiro, também foi prefeito de Maringá (PR), secretário estadual de Indústria e Comércio no Paraná e ministro da Saúde, de 2016 a 2018 (governo Michel Temer)



ENTREVISTA RICARDO BARROS

Daniel Carvalho
e Angela Boldrini

BRASÍLIA Para o deputado Ricardo Barros (PP-PR), agora não é o momento de o Congresso se debruçar sobre polêmicas envolvendo o senador eleito Flávio Bolsonaro (PSL-RJ). O congressista culpa o Ministério Público pelo fracasso da agenda econômica durante o governo Michel Temer e sustenta que esse mesmo roteiro pode se repetir.

Barros vai disputar a presidência da Câmara sem o apoio de seu partido, que ensaia lançar a candidatura do líder da sigla na Casa, Arthur Lira (PP-AL). Diz que sua candidatura é para valer, e não para aumentar o valor de seu passe para, mais na frente, receber o comando de uma comissão.

A eleição já tem uma série de candidatos, por que o sr. resolveu também se lançar? Me apresento como candidato capaz de cumprir o papel que a Câmara precisa desempenhar nesta legislatura, de protagonista. Precisa evitar o *vacatio legis* [vazio legislativo] que permite o Supremo ficar tomando decisões que deveríamos tomar aqui e precisa enfrentar as corporações. Até somos uma corporação, a Câmara.

Os deputados têm bases muitas vezes ligadas às corporações. Como conseguir voto para fazer passar projetos que vão contra as bases deles? Neste momento do Brasil, por conta das redes sociais, temos problema para formar maioria. O governo anteriormente oferecia verba para os deputados atenderem as suas bases. Esse recurso garantia que prefeitos repassassem votos para deputados. Isso não funciona mais. Temos um novo desafio.

Fui líder do governo Fernando Henrique, fui vice-líder do Lula, da Dilma e ministro do Temer. Sempre trabalhei na formação de maioria para aprovação de matérias. Desde que cheguei aqui, em 1995, todas as legislaturas tiveram comissão de reforma tributária, de reforma da Previdência, comissão de reforma política e nunca se votou. Precisa votar. Pode passar ou não.

O PP já tem um candidato mais ou menos colocado, Arthur Lira. Neste contexto, como entra sua candidatura? Sou candidato avulso, não do meu partido.

Acha viável chegar à presidência da Câmara sem apoio do próprio partido? Haverá num determinado momento, na véspera, uma convergência dos que não apoiam Rodrigo Maia em torno do nome mais viável. A quais partidos interessa que o DEM tenha três ministros e o presidente da Câmara?

O voto secreto prejudica ou beneficia os candidatos de oposição a Maia? Beneficia. O espírito da mudança está instalado. Uma nova Câmara, um novo presidente. O próprio PSL está desconfortável.

O governo tem apostado numa pressão popular, mas ela só dura favoravelmente ao governo enquanto durar a lua de mel. Como vai ser esse convencimento dos parlamentares [para reformas]? A tarefa que se apresenta para o momento é nova. Não tem os métodos antigos de formar maioria.

CONTINUA

29 JAN 2019

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Como fazer isso, se os outros governos, mesmo com o toma lá, dá cá não conseguiram? Temer é habilíssimo, incansável na articulação com deputados. A reforma da Previdência só não foi votada porque o [então procurador-geral Rodrigo] Janot mandou gravar o Temer.

Vamos deixar claro que os grandes adversários da reforma são o Judiciário e o Ministério Público, corporações mais privilegiadas que vão ser as mais prejudicadas com a reforma. Quando Temer foi gravado, tínhamos os votos, veio o Judiciário para tirar o ambiente [de votação].

Com Bolsonaro, eles já estão tirando o ambiente. Quem é que está solapando o Bolsonaro? MP. Quem que vaza aquelas informações seletivamente?

Qual o tamanho do desgaste que a crise com Flávio Bolsonaro gera? Neste momento, nós devemos dar ao governo as condições de fazer aquilo que prometeu na campanha. Qualquer ação mais efetiva em relação a essa questão do Flávio só prejudica o interesse do país, que é de que as coisas avancem.

Em outro momento se pode fazer uma avaliação, mas agora atrapalharia.

Uma CPI deveria ser deixada para depois? Vamos ficar votando CPI em vez de votar reforma?

FOLHA DE S. PAULO

DOEL PINHEIRO DA FONSECA

Economista, mestre em filosofia pela USP

29 JAN 2019

Lei e/ou crime

Flávio e Jair Bolsonaro foram defensores de milícias e esquadrões da morte

Conforme brilhantemente mostrado por Celso Rocha de Barros em sua coluna desta segunda (28), Fabrício Queiroz — ex-assessor de Flávio Bolsonaro — parece afundado até o pescoço em sua relação com a milícia de Rio das Pedras. Com as informações disponíveis hoje, contudo, não dá para estabelecer um vínculo concreto entre a família Bolsonaro e alguma milícia carioca.

No plano ideológico, no entanto, a ligação é direta: não só Flávio, como também Jair Bolsonaro foram, no passado, defensores de milícias e esquadrões da morte.

Em 2003, em discurso na tribuna da Câmara sobre a atuação de um grupo de extermínio na Bahia, o então deputado Jair Bolsonaro opinou: “Enquanto o Estado não tiver coragem de adotar a pena de morte, o crime de extermínio, no meu entender, será muito bem-vindo. Se não houver espaço para ele na Bahia, pode ir para o Rio de Janeiro. Se depender de mim, terão todo o meu apoio.”

Em 2008, novamente na Câmara, defendeu a instituição da milícia. “Querem atacar o miliciano, que passou a ser o símbolo da maldade e pior do que os traficantes. Existe miliciano que não tem nada a ver com gatonet, com venda de gás. Como ele ganha R\$ 850 por mês, que é quanto ganha um soldado da PM ou do bombeiro, e tem a sua própria arma, ele organiza a segurança na sua comunidade.”

Ou seja, a possível objeção de Bolsonaro às milícias era às atividades paralelas por elas desempenhadas, como o gatonet (provavelmente neces-

sárias a seu sustento), e não à sua essência: o uso ilegal da violência para supostamente combater o crime.

Em meio a infinitas discussões sobre o papel do Estado, todos — salvo anarquistas — concordam com uma atribuição fundamental: deter o monopólio do uso da violência dentro de seu território, e com ele garantir a lei e a ordem. Como em tantas outras, o Estado brasileiro vem falhando miseravelmente nisso. A violência aumenta sem parar e o Estado não dá mostras de conseguir combater efetivamente os criminosos e nem de impedir sua organização.

Na ausência do Estado de Direito, formam-se grupos armados para manter a segurança, que adotam as mesmas práticas dos criminosos que dizem combater. No caso das milícias, reproduzem a violência mais desumana dos atos mais corruptos da polícia como forma de garantir a ordem dentro de um território. São os expedientes que já conhecemos: extorção, execução, chacina.

O apoio pregresso dos Bolsonaro às milícias casa bem com as bandeiras específicas que trazem para a segurança pública. A primeira é armar a população e permitir o porte de arma generalizado, terceirizando o combate ao crime. A segunda é o salvo-conduto para que policiais não sejam responsabilizados caso matem inocentes. Em ambos os casos, é o arbítrio (e os interesses? Os preconceitos?) armado que solucionará o crime nas ruas. Fortalecem-se as milícias, abole-se a lei.

Em entrevista ao Roda Viva no ano passado, Bolsonaro foi perguntado acerca do assalto que sofrera em 1995. Ele armado, foi rendido e teve sua moto e sua arma roubadas, uma situação que não se deseja a ninguém. Na resposta, Bolsonaro soltou ainda um comentário enigmático: algum tempo depois do crime, o chefe do tráfico na favela em que sua moto fora encontrada, Jorge Luís dos Santos, morreu.

Não só o traficante morreu num misterioso suicídio por enforcamento na prisão, como sua mãe e sua esposa foram encontradas mortas. Tudo para proteger o cidadão de bem. Será esse o novo modelo de “justiça” que a revolução ética do novo governo propõe?

29 JAN 2019

FOLHA DE S. PAULO

Richa e mais 32 são denunciados no Paraná

CURITIBA O Ministério Público Federal no Paraná denunciou à Justiça nesta segunda (28) o ex-governador Beto Richa (PSDB) e mais 32 investigados pelos crimes de corrupção passiva e organização criminosa na concessão de rodovias estaduais e aumento de tarifas, na 58ª fase da Operação Lava Jato.

Richa está preso desde a última sexta-feira (25), quando a operação foi deflagrada. Ele está detido em um quartel da Polícia Militar em Curitiba.

De acordo com a Procuradoria, o suposto esquema criminoso, que perdurou por cerca duas décadas, durante vários governos, desviou um total de R\$ 8,4 bilhões por meio de recursos arrecadados com o reajuste da tarifa de pedágio do Anel de Integração do Paraná, malha de rodovias do estado, além de obras e concessões, em troca de vantagens indevidas.

Além do ex-governador, acusado de receber R\$ 2,7 milhões em propina, foram denunciados seu irmão e ex-secretário de Infraestrutura e Logística do estado, Pepe Richa, e empresários ligados às concessionárias Econorte, Viapar, Ecocatarratas, Caminhos do Paraná, Rodonorte e Ecovia.

A Procuradoria acusa Beto e Pepe Richa de serem os comandantes do esquema de propinas

A defesa de Richa alega que os fatos apresentados pelos procuradores da República foram devidamente esclarecidos, “não restando qualquer dúvida quanto à regularidade de todas as condutas praticadas.”

Em setembro do ano passado, o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Gilmar Mendes concedeu liberdade ao ex-governador. No entendimento dos advogados, o novo decreto de prisão desrespeitou a decisão do ministro.

À época, Beto Richa se disse vítima de uma “crueldade enorme” ao ser preso. O tucano deixou o governo do Paraná em abril do ano passado para tentar uma vaga no Senado, mas foi derrotado ficou em quarto lugar.

29 JAN 2019

FOLHA DE S. PAULO

‘Não esperem nada da Vale’, diz promotor de Mariana

Carolina Linhares

BRUMADINHO (MG) “Não esperem da Vale nada. Vocês que vão conseguir, unidos, resolver o problema de vocês”, disse o promotor do Ministério Público de Minas Gerais, André Sperling, a cerca de 200 atingidos pelo rompimento da barragem da Vale, na sexta (25), em Brumadinho.

Na tarde desta segunda (28), os atingidos do bairro Parque da Cachoeira fizeram sua segunda assembleia sobre o caso e receberam orientação do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Ordem dos Advogados do Brasil e do Movimento dos Atingidos por Barragens.

A noite, a companhia afirmou que doará R\$ 100 mil a parentes de cada vítima do rompimento da barragem (leia mais em Mercado). Autoridades confirmam 65 mortos e 279 desaparecidos.

Uma funcionária da Vale, designada para ser o canal com a comunidade na assembleia, respondeu a questionamentos dos moradores, prometendo resolver problemas. Foi a primeira comunicação direta efetiva da mineradora com os atingidos desse bairro desde sexta.

Lauriane Pereira, 34, perdeu a casa em que vivia com o marido e dois filhos. “Não levamos nem documento”, diz, ao narrar a correria quando viram a lama se aproximando. Cerca de 30 casas foram destruídas no bairro.

Ela não sabia, por exemplo, que existe um centro de apoio da Vale em Brumadinho, onde ela pode solicitar estadia em hotel. Atingidos e familiares de vítimas reclamam da falta de informações por parte da empresa.

“A gente tem uma bagagem

do acidente de Mariana e muitos erros estão propensos a acontecerem aqui igual aconteceram lá. A nossa atuação aqui é desde o início para tirar o protagonismo das empresas e passar para os atingidos”, disse Aylton Magalhães, defensor público.

“Nada vai ser de mão beijada. Vocês precisam formar uma comissão e se manter unidos. Normalmente, os culpados tentam dividir a comunidade, por exemplo, dando auxílio emergencial para uns e não para outros”, afirmou Sperling, também ante-
vendo situações de Mariana.

No domingo (27), representantes da Vale estiveram no centro comunitário do bairro para cadastrar atingidos. O cadastro, porém, foi considerado insuficiente pelo Ministério Público em Mariana, por não conseguir abranger os danos sofridos pelas famílias.

Organizou-se então uma primeira assembleia e ficou definido que a comunidade, órgãos públicos e empresa se reuniriam novamente nesta segunda para listar demandas e estabelecer uma comissão de representantes.

“Não é o momento de fazer cadastramento com a Vale. Vocês vão buscar indenização por meio de uma assessoria técnica escolhida por vocês, com assistente social, advogado, engenheiro. Não é a Vale que vai dizer o direito que vocês têm, são vocês”, completou Sperling.

29 JAN 2019

FOLHA DE S. PAULO

AGU questiona STF sobre liminar de tabela do frete

BRASÍLIA O advogado-geral da União, André Luiz de Almeida Mendonça, pediu ao Supremo que esclareça e reafirme a validade da liminar concedida em junho pelo ministro Luiz Fux, que suspendeu todos os processos que questionam a tabela de frete rodoviário, na primeira manifestação desse órgão no STF sob o governo de Jair Bolsonaro.

A AGU reclama do fato de que mesmo após a entrada em vigor da lei da tabela do frete, em agosto de 2018, magistrados de instâncias inferiores estariam concedendo liminares para suspender a aplicação dela.

29 JAN 2019

TRIBUNAL DO PARANÁ COMPLICOU PROS RICHAS

Ex-governador Beto Richa e mais 32 pessoas foram denunciados por corrupção e organização criminosa

Catrina Scortecchi e Katia Brébatti
Gazeta do Povo

O Ministério Público Federal (MPF) do Paraná ofereceu ontem duas denúncias à Justiça Federal no âmbito da Operação Integração, que trata de um suposto esquema de corrupção nas concessões de rodovias no estado. O ex-governador do Paraná Beto Richa (PSDB), preso na sexta-feira (25), e o seu irmão Pepe Richa, ex-secretário de Infraestrutura e Logística, estão entre os denunciados, além de outras 31 pessoas. Os irmãos são acusados por corrupção passiva e organização criminosa.

Em nota, a defesa de Beto Richa informou que “a Justiça Federal ainda não deu à defesa acesso à denúncia” e “reafirma que seu cliente não cometeu nenhuma irregularidade, e que sempre esteve à disposição para prestar esclarecimentos”.

Em entrevista concedida na tarde de ontem, procuradores da República explicaram que uma denúncia se refere ao “núcleo de agentes públicos e políticos” do esquema de corrupção; a segunda denúncia mira o grupo empresarial, ligado às concessionárias de pedágio. O “núcleo financeiro” ficou de fora, por enquanto.

Para o MPF, o esquema de corrupção nos contratos do pedágio vem desde 1999. Em troca de aditivos contratuais determinando a redução do número de obras ou o aumento dos valores das tarifas, as concessionárias de pedágio paga-

vam propina para funcionários do governo. O MPF estima um desvio de R\$ 8,4 bilhões “por meio de supressões de obras rodoviárias e aumento de tarifas” R\$ 35 milhões em propina. “Menos de 25% das obras contratadas foram feitas”, diz o procurador da República Deltan Dallagnol.

Apesar do período envolver três ex-governadores do Paraná além de Beto Richa, Jaime Lerner e Roberto Requião (MDB), a prescrição foi considerada pelos investigadores para limitar a apuração na última gestão.

Em relação a Beto Richa, o MPF aponta que o tucano teria recebido R\$ 2,7 milhões em propina. Para chegar ao valor, os investigadores levaram em consideração o dinheiro pago em espécie ou “por fora” na compra de três imóveis em nome da empresa Ocaporã Administradora de Bens, que formalmente pertence à ex-primeira-dama Fernanda Richa e a dois filhos do casal. A palavra final sobre as negociações imobiliárias, contudo, seriam feitas por Beto Richa, segundo o MPF.

Somente na denúncia envolvendo agentes públicos e políticos, há dez pessoas acusadas. Entre elas, além de Beto Richa e Pepe Richa, estão os ex-secretários Deonilson Roldo e Ezequias Moreira. O ex-diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) Nelson Leal Junior, também

figura na lista. Outro acusado é João Chiminazzo Neto, que por anos esteve à frente da representação paranaense da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR). Ele seria, segundo o MPF, a principal ponte entre empresários e agentes públicos/políticos, “intermediando o pagamento de propina”. O advogado Adriano Bretas, que defende Chiminazzo, informou que “ainda não tomou conhecimento do teor dos fatos e irá se manifestar dentro do processo”.

CONTINUA

29 JAN 2019

TRIBUNAL DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

O QUE DIZEM AS CONCESSIONARIAS

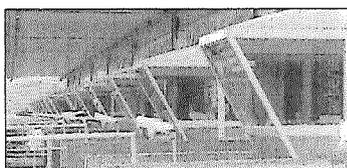
▀ **Ecovia e Ecocataratas** - As concessionárias Rodovia das Cataratas S/A - Ecocataratas e Ecovia Caminho do Mar S/A esclarecem que todos os atos administrativos e termos aditivos formados pelas empresas e o poder concedente no período de 2003 a 2017 foram baseados em estudos técnicos e amplo procedimento administrativo.

▀ **Rodonorte** - O Grupo CCR informa que tem contribuído com as autoridades públicas a fim de esclarecer fatos que envolvam a Companhia e suas controladas, além de promover ajustes na gestão da política de Governança e de Compliance. Em trabalho minucioso, o Comitê Independente, criado pela companhia, propôs ao Conselho de Administração ações para reforçar a política de governança e transparência.

▀ **Caminhos do Paraná** - Todos os aditivos da Caminhos do Paraná passaram por estudos técnicos das autoridades competentes, FIPE e FIA, e com pareceres jurídicos. A empresa desconhece todos os fatos narrados no noticiário. A Caminhos do Paraná sempre cumpriu o contrato dentro da estrita legalidade.

▀ **Viapar** - A Viapar reitera que cumpriu todas as regras legais e está comprometida em atender ao contrato de concessão de rodovias, de forma ética e transparente. A empresa sempre esteve e continua à disposição das autoridades públicas para auxiliar nos esclarecimentos necessários para a elucidação dos fatos.

▀ **Econorte** - A assessoria de imprensa da Econorte informou que a empresa não irá comentar a oferta da denúncia.



Por fim, as concessionárias informam que estão à disposição e colaboram com as autoridades para a apuração dos fatos.

29 JAN 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Quando a impunidade mata



O Brasil parece incapaz de punir quem age de maneira irresponsável e coloca em risco a vida de terceiros. Se o fizesse, conforme mandam a lei e os imperativos mo-

rais, quase com certeza tragédias como a ocorrida em Brumadinho (MG) não ocorreriam.

Em meio à comoção geral que esses terríveis eventos suscitam, autoridades se apressam a prometer rigor na investigação dos fatos, na identificação dos culpados e na edição de medidas para impedir que os desastres se repitam. As empresas envolvidas pedem desculpas e se comprometem a renovar seus protocolos de segurança, e o Ministério Público promete caçada implacável aos criminosos. O País já viu esse filme incontáveis vezes, sempre com o resultado da impunidade geral.

Espera-se que, ante as centenas de vítimas soterradas sob 12 milhões de metros cúbicos de lama e rejeitos de mineração, nesse desastre de proporções inéditas que cobriu o País de vergonha e indignação, os responsáveis sejam devidamente castigados, à altura do crime cometido. Pois é de crime que se trata.

Mas o fato é que, passados alguns dias da ruptura da barragem da mineradora Vale, tudo se repete como nas tragédias anteriores. O presidente da Vale, Fabio Schvartsman, pediu “desculpas a todos os atingidos, à sociedade brasileira”, embora considere o desastre “indesculpável”. Em seguida, porém, assegurou que a Vale, “uma empresa muito séria”, “fez um esforço imenso” e tomou “uma lista infundável de ações” para “deixar nossas barragens na melhor condição possível” – tudo isso, disse o executivo, “especialmente depois de Mariana”.

A cidade mineira de Mariana virou sinônimo de tragédia ambiental em

novembro de 2015, quando houve ali a ruptura de uma barragem de rejeitos de mineração, soterrando sob 43 milhões de metros cúbicos de lama vários distritos da região, matando 19 pessoas e causando o que até agora era considerado o maior desastre ambiental da história do Brasil. A barragem era de responsabilidade da mineradora Samarco, controlada por uma joint venture entre a Vale e a mineradora anglo-australiana BHP Billiton. Na ocasião, a direção da Samarco também garantiu ter cumprido todas as exigências de segurança para prevenir acidentes como aquele.

Ou as empresas envolvidas nessas tragédias faltam com a verdade quando dizem ter seguido todos os procedimentos de segurança, ou esses procedimentos são evidentemente insuficientes. Tanto em Mariana como em Brumadinho, as barragens eram consideradas de “baixo risco” de acidente pelas autoridades responsáveis pela fiscalização. Não é preciso ser especialista para concluir que há algo de errado nessas avaliações, até porque, nos dois casos, não houve acidente natural. O que houve foi a escolha deliberada de tipos de barragem de baixo custo e alto risco, acrescida de fiscalização e controle no mínimo desidiosos.

Depois do que aconteceu em Mariana, esperava-se que a comoção nacional gerasse ações concretas para impedir sua repetição. Na ocasião, constatada a insuficiência da fiscalização, foram feitas promessas de maior rigor na manutenção das barragens e garantiu-se que haveria reparação para as famílias atingidas. Três anos depois, a fiscalização continua insuficiente, poucas famílias receberam indenização e nenhum executivo ou autoridade respondeu por seus atos ou omissões.

O governo montou um “gabinete de crise” para acompanhar os desdobramentos do desastre de Brumadinho, mas a maior crise a ser administrada é

moral, e isso “gabinete de crise” nenhum será capaz de fazer.

A tragédia de Mariana, os deslizamentos de terra que mataram centenas de pessoas em morros do Rio de Janeiro, o incêndio da boate Kiss, que matou 242 pessoas há cinco anos, e outras catástrofes que revoltaram os brasileiros nos últimos tempos têm algo em comum entre elas, além do grande número de vítimas: em nenhum dos casos, os responsáveis foram punidos. E a sequência dos casos sinistros é a evidência de que “fiscalização”, para o poder público, é um amontoado de letras sem qualquer significado.

Agora, no caso de Brumadinho, urge que o Estado aja com firmeza para que os culpados realmente paguem pelo que fizeram – dos empresários que, além de arriscar seus capitais, colocaram vidas em perigo, até os funcionários públicos, que se omitiram criminosamente. Aí está a chave para evitar que tais desastres se repitam.

29 JAN 2019

O ESTADO DE S. PAULO

A saúde nas prisões paulistas

Se o Estado tem a responsabilidade pela tutela dos presos sob sua custódia, como determina a Constituição, ele também não pode deixar de assegurar os direitos e as garantias fundamentais de cada um deles, principalmente em função das condições degradantes a que têm sido submetidos por um sistema carcerário em colapso.

Com base nesse argumento, o juiz Sergio Serrano Nunes Filho, da 1.^a Vara de Fazenda Pública de São Paulo, determinou ao governo estadual que cumpra, no prazo de um ano, sob pena de multa diária de R\$ 10 mil e de responsabilização das autoridades da área, o que a Constituição e a legislação ordinária preveem sobre a prestação de serviços de saúde à população carcerária. O caso começou quando a Defensoria Pública de São Paulo impetrou uma ação civil pública contra o Executivo, exigindo a presença de equipes de atendimento médico em dois Centros de Detenção Provisória situados em Osasco. Em sua defesa, o governo estadual alegou que a população carcerária não está desamparada e que esse serviço tem de ser dividido com a Prefeitura.

Pela Constituição, o acesso aos serviços de saúde é fundamental para a dignidade da pessoa humana, sendo obrigação do poder público garantir o “mínimo existencial”. O acesso também deve ser uni-

versal e igualitário, sem exceções. Já a legislação ordinária estabelece que esses serviços têm de ser prestados por equipes integradas por assistente social, médico, dentista, psicólogo, enfermeiro e auxiliar de consultório dentário. Também prevê exames e fornecimento de medicamentos aos presos.

O problema é que, por falta de recursos orçamentários e incúria administrativa, o sistema prisional brasileiro – que abriga mais de 730 mil presos – encontra-se hoje em situação calamitosa. Além do déficit de 358 mil vagas, os serviços de saúde nas prisões, quando existem, são prestados de modo precário. Daí a necessidade de a Justiça ter de obrigar o poder público a cumprir o que a ordem jurídica determina. Se até os shopping centers são obrigados a manter departamentos médicos e o Estado os multa com rigor quando não cumprem essa determinação, por que eles não existem em unidades penais – “onde há doenças e situações epidemiológicas em grau não verificáveis na população em geral?” –, indagou o juiz Nunes Filho.

Com base em relatórios da Corregedoria do Tribunal de Justiça, de entidades comunitárias e do Conselho Regional de Medicina, o titular da 1.^a Vara de Fazenda Pública de São Paulo também afirmou que, além de ferir o princípio constitucional de que a prestação do serviço público de saúde de-

ve ser igualitária em matéria de atendimento e tratamento, a falta de um departamento médico em várias unidades do sistema prisional paulista acarreta outros problemas. Como os presos têm de ser transportados para postos de saúde e hospitais, isso provoca gastos com transporte, combustível e esquemas de segurança. O deslocamento também põe em risco a segurança da população, por causa das tentativas de resgate, fuga e acertos de conta entre detentos. E ainda tumultua o funcionamento dos postos de saúde e dos hospitais públicos, prejudicando o atendimento à população local.

Em sua sentença, o juiz Nunes Filho recusou o argumento do governo do Estado, no sentido de que vem atendendo “adequadamente” às necessidades de atendimento médico da população carcerária. Afirmou que cabe ao Estado e não aos municípios o dever de prestar os serviços necessários ao funcionamento do sistema prisional. E obrigou o Executivo a colocar equipes de atendimento nas unidades prisionais e Centros de Detenção Provisória com menos de 500 presos.

Ainda que essa decisão possa ser revista em segunda instância, as medidas que prevê ajudam a atenuar parte dos graves problemas do sistema prisional. Mas sua solução, em caráter definitivo, depende mais de determinação política do poder público do que de sentenças judiciais.

29 JAN 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Lava Jato denuncia Beto Richa e irmão por corrupção

● A força-tarefa da Lava Jato ofereceu ontem denúncia contra o ex-governador do Paraná Beto Richa (PSDB), preso na sexta-feira por supostos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa relacionados a propinas de R\$ 35 milhões de concessionárias de rodovias contratadas pelo Estado. Segundo a força-tarefa, a organização criminosa supostamente integrada pelo tucano foi "responsável por desviar o valor estimado de R\$ 8,4 bilhões por meio de supressões de obras rodoviárias e aumento de tarifas em concessões do Anel de Integração".

Outro denunciado foi o irmão do ex-governador, José Richa Filho, ex-secretário de Infraestrutura e Logística do Estado. Em nota, a defesa de Richa diz que a Justiça não deu acesso à denúncia e reafirma que "seu cliente não cometeu nenhuma irregularidade, e que sempre esteve à disposição para prestar esclarecimentos". / RICARDO BRANDT

29 JAN 2019

BEMPARANÁ

MPF denuncia Richa e mais 32 por corrupção no pedágio

Segundo investigação, esquema teria recebido R\$ 35 milhões em propina

Ivan Santos

A força-tarefa da Lava Jato do Ministério Público Federal (MPF) denunciou ontem à Justiça o ex-governador Beto Richa (PSDB); seu irmão, o ex-secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, José 'Pepe' Richa (PSDB) e mais oito pessoas por organização criminosa e corrupção passiva e participação em um esquema que teria recebido pelo menos R\$ 35 milhões em propina de concessionárias do pedágio. De acordo com a denúncia, Beto Richa e o irmão comandaram o esquema que teria desviado R\$ 8,4 bilhões, através do cancelamento de obras em rodovias e aumento de tarifas no Anel de Integração.

O MPF apresentou ainda uma segunda denúncia, contra os ex-presidentes das concessionárias Econorte, Viapar, Ecocataratas, Caminhos do Paraná, Rodonorte e Ecovia, por corrupção ativa, organização criminosa e lavagem de dinheiro. O ex-diretor da Associação Brasileira das Concessionárias de Rodovias no Paraná (ABCR/PR), João Chiminazzo Neto, foi denunciado como o principal operador financeiro do esquema. Ao todo foram denunciadas 33 pessoas, entre políticos, autoridades, empresários e agentes



Diogo Castor: "Maior desvio da história do Paraná"

públicos. Os crimes são relacionados à Operação Integração, pela qual Richa foi preso na última sexta-feira, acusado de tentativa de obstrução das investigações. De acordo com os procuradores, o esquema teria sido iniciado ainda no governo Jaime Lerner, quando foram feitas as concessões, e as propostas das empresas embutiam custos de serviços e obras superfaturados. Os fatos teriam sido confirmados sem acordo de delação premiada pelo ex-diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER/PR), Nelson Leal Júnior, também preso na operação, e comprovados através de laudo pericial.

O superfaturamento inicial teria permitido o estabelecimento de uma tarifa básica mais alta, elevando os lucros das empresas.

Além disso, a adoção, pelo DER/PR, e um critério de medição "por insumos sem respaldo contratual permitiu que as concessionárias se desonerassem da conclusão de obras sem terminá-las, sob a alegação de que a meta financeira já teria sido cumprida".

Duplicações - Graças a essa estratégia, dos 995,7 km de duplicação de rodovias que deveriam ter sido entregues até 2016, só 273,5 km foram duplicados até agora, ou 27,4% do previsto no contrato original. Da previsão de 303,2 km de terceiras faixas até 2017, apenas 593 km, ou 19,5% do previsto foi feito. Dos 174,5 km de contornos até 2016, somente 43,2 km, ou 24,7% foi realizado. Dos 15,2 km de vias marginais, nada foi entregue, diz o MPF.

"É virtualmente o maior

desvio de dinheiro já comprovado da história do Paraná", disse o procurador Diogo Castor. "O prejuízo nas estradas se desdobra em um prejuízo a todo o setor industrial e produtivo, sem falar nas mortes", alegou ele. O MPF lembrou que nos últimos cinco anos houve um total de 1.714 mortes nas rodovias do Anel de Integração, sendo 403 em colisões frontais em trechos de rodovia simples.

Arrecadação - Segundo a denúncia, a partir de 1999, as seis concessionárias do pedágio no Estado passaram a se reunir periodicamente na sede da ABCR/PR "para acordar o pagamento de propinas a agentes públicos do Paraná em troca da celebração de aditivos contratuais favoráveis às empresas". A intermediação dos pagamentos seria feita pelo diretor da ABCR, João Chiminazzo Neto.

O valor total da arrecadação mensal de propina seria de aproximadamente R\$ 120 mil, valor que era rateado entre as seis concessionárias. O valor foi sendo atualizando, chegando a R\$ 240 mil mensais em 2010, pagos até o final de 2015. Paralelamente a isso, as concessionárias também mantiveram pagamentos paralelos até janeiro de 2018.

CONTINUA

BEMPARANÁ

CONTINUAÇÃO

Provas incluem R\$ 2,5 milhões em espécie

29 JAN 2019

Iniciado no governo Lerner, o esquema de cobrança de propina de concessionárias do pedágio teria continuado após o início do mandato de Beto Richa no governo em 2011, de acordo com a denúncia do Ministério Público Federal. Segundo a força-tarefa da Lava Jato, a partir daí os beneficiários das propinas eram “agentes políticos do Palácio Iguazu”, do DER/PR e da Agência Reguladora do Paraná (Agepar), responsável por fiscalizar o pedágio.

De acordo com o MPF, “as provas evidenciaram o pagamento de propinas inclusive ao ex-governador Beto Richa, a seu irmão (...) José Pepe Richa e a Nelson Leal Júnior, do DER”. As propinas eram pagas por meio de dinheiro em espécie. As entregas eram feitas a João Chiminazzo na sede da ABCR. Ele repassava o dinheiro ao operador Aldair Petry, que distribuía a políticos e autoridades, e a Luiz Abi Antoun, primo do ex-governador, que gerenciaria as propinas de Richa, segundo a denúncia. Segundo o MPF, Chiminazzo entregava também propinas a Mauricio Ferrante, José Stratmann e Antonio Queiroz, então funcionários da Agepar.

Entre as provas estão o uso de R\$ 500 mil em propina por Pepe Richa para compra de um terreno em Balneário Camboriú (SC), pago em espécie. Em relação a Beto Richa, consta o recebimento de pelo menos R\$ 2,5 milhões em propinas em espécie “em esquemas ilícitos no seu governo”, usados para a compra de imóveis em nome da esposa, Fernanda Richa, e dos filhos. Os vendedores e um corretor confirmaram o pagamento “por fora” e em espécie, diz o MPF.

Em nota divulgada ontem, a defesa de Richa disse que ainda não teve acesso à denúncia, e “reafirma que seu cliente não cometeu nenhuma irregularidade”.

MPF denuncia Richa e mais 32 por fraude em pedágios

Lava Jato. Prejuízos ao estado chegaram a R\$ 8,4 bilhões, segundo os procuradores. Ex-governador está preso desde a última sexta-feira e irmão também foi denunciado à Justiça

A torça tarefa Lava Jato do MPF (Ministério Público Federal) denunciou ontem à Justiça 33 pessoas suspeitas de participação em um esquema para beneficiar as seis concessionárias de pedágio do Anel de Integração. Entre os denunciados estão o ex-governador Beto Richa e o irmão dele, José Richa Filho (Pepe Richa), por organização criminosa e corrupção passiva.

Segundo o MPF, o esquema gerou um prejuízo de R\$ 8,4 bilhões ao estado, com supressão de obras previstas em contrato e aumento das tarifas. Richa foi preso na sexta-feira, na 58ª fase da operação Lava Jato, e teria recebido R\$ 2,7 milhões em propina. As empresas, segundo o MPF, pagaram um total de R\$ 35 milhões em propina.

O esquema teria começado em 1997, com a apresentação de uma proposta superfaturada ao governo, e se intensificou quando Richa assumiu o governo do Paraná, em 2011, e retirou todas as ações contra as concessionárias. O DER-PR (Departamento de Estradas de Rodagem) teria suprimido obras e autorizado o aumento das tarifas em troca de "contribuições para campanha".

Para o coordenador da força-tarefa da Lava Jato, procurador Deltan Dallagnol, os atos dos agentes públicos deixaram "um rastro de sangue e morte". De acordo com a PRF (Polícia Rodoviária Federal), nos últimos cinco anos houve 1.714 mortes em rodovias federais do Anel de Integração, 403 delas em colisões frontais em trechos de pista simples.

Esses trechos deveriam ter sido duplicados, mas, segundo o MPF, dos 995, 7 km previstos nos contratos, só 273,5 km foram duplicados. O MPF



Coletiva no MPF em Curitiba: agentes públicos teriam recebido R\$ 35 milhões em propina. ALBARI ROSA/AGÊNCIA GAZETA DO POVO

entrou com três ações civis para tentar obrigar as concessionárias a concluir as obras e reduzir as tarifas.

A assessoria de Beto e Pepe Richa informou que a defesa deles ainda não teve acesso à denúncia. Em nota, Ecovia e Ecocataratas afirmaram que os atos administrativos que suprimiram obras foram baseados em "estudos técnicos" e que as empresas estão à disposição das autoridades.

A Caminhos do Paraná alegou que não teve acesso à denúncia e a Econorte preferiu não se manifestar. A Viapar afirmou que "cumpriu todas as regras legais. Já o grupo CCR Rodonorte afirmou que tem contribuído com as autoridades e que investiu R\$ 3,25 bi em obras. METRO CURITIBA

Os denunciados

Os 33 suspeitos de participação no esquema

● Núcleo de agentes públicos.

Beto Richa, José Richa Filho, Deonilson Roldo, Ezequias Moreira Rodrigues, Ricardo Rached, Nelson Leal Júnior, Antônio Carlos Cabral Queiroz (Cabeleira), Maurício de Sá Ferrante, José Alfredo Gomes Stratmann e Aldair Warderley Petry.

● Núcleo empresarial.

Evandro Couto Vianna, Davi Guedes Terna e Mario Cezar Xavier Silva (Ecovia e Ecocataratas); Ruy Giublin, Carlos

Lobato e José Julião Terbai Júnior (Caminhos do Paraná); Silvío Marchiori, José Alberto Moraes Moita e Cláudio José Machado Soares (Rodonorte); Marcelo Stachow Silva, José Camilo Teixeira Carvalho e Jackson Seleme (Viapar); Gustavo Musnich, Luiz Fernando Wolff Carvalho, João Marafon Júnior, Sandro Lima, Carlo Bottarelli, Leonardo Guerra, Antonio José Monteiro da Fonseca Queiroz, Hugo Ono e Hélio Ogama (Econorte); João Chiminazzo Neto e Beatriz Assini (ABCR)

29 JAN 2019

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

MPF denuncia à Justiça Beto Richa e mais 32 investigados

O Ministério Público Federal (MPF) no Paraná denunciou ontem à Justiça o ex-governador do estado Beto Richa e mais 32 investigados pelos crimes de corrupção passiva e organização criminosa na concessão de rodovias estaduais, na 58ª fase da Operação Lava Jato.

Richa está preso desde a última sexta-feira (25), quando a operação foi deflagrada. Ele está custodiado em um quartel da Polícia Militar em Curitiba.

De acordo com o MPF, o suposto esquema criminoso, que perdurou por cerca de 20 anos, durante vários governos, desviou R\$ 8,4 bilhões por meio de recursos arrecadados com o reajuste da tarifa de pedágio do Anel de Integração do Paraná, malha de rodovias do estado, além de obras e concessões, em troca de vantagens indevidas.

Foram denunciados o ex-governador, acusado do re-

cebimento de R\$ 2,7 milhões em propina, empresários e um ex-diretor da empresa estadual de logística.

A defesa de Richa alega que os fatos apresentados pelos procuradores da República foram devidamente esclarecidos, “não restando qualquer dúvida quanto à regularidade de todas as condutas praticadas.”

Em setembro do ano passado, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes concedeu liberdade ao ex-governador. No entendimento dos advogados, o novo decreto de prisão desrespeitou a decisão do ministro.

De acordo com o MPF, “as provas evidenciaram o pagamento de propinas inclusive ao ex-governador Beto Richa, a seu irmão (...) José Pepe Richa e a Nelson Leal Júnior, do DER”. As propinas eram pagas por meio de dinheiro em espécie. As entregas eram feitas a João Chiminazzo na

sede da ABCR. Ele repassava o dinheiro ao operador Aldair Petry, que distribuía a políticos e autoridades do governo, e a Luiz Abi Antoun, primo do ex-governador, que gerenciava as propinas de Beto Richa, segundo a denúncia. Segundo o MPF, Chiminazzo entregava também propinas a Mauricio Ferrante, José Stratmann e Antonio Queiroz, então funcionários da Agepar.

Entre as provas estão o suro de R\$ 500 mil em propina por Pepe Richa para compra de um terreno em Balneário Camboriú (SC), pago em espécie. Em relação a Beto Richa, consta o recebimento de pelo menos R\$ 2,5 milhões em propinas em espécie “em esquemas ilícitos no seu governo”, usados para a compra de imóveis em nome da esposa, Fernanda Richa, e dos filhos. Os vendedores e um corretor confirmaram o pagamento “por fora” e em espécie.

MARCO ASSEF

Direito de ficar em silêncio

Na primeira oportunidade que tiveram de esclarecer como tinham posse de R\$ 2,5 milhões em espécie para concluir a compra de um imóvel em Balneário Camboriú (SC), nem o ex-governador Beto Richa, nem o contador Dirceu Pupo Ferreira usaram este direito e resolveram ficar em silêncio. Os dois permanecem presos por determinação do juiz da 23ª Vara Federal. Pupo Ferreira pediu habeas corpus que já foi negado, mas a defesa do ex-governador Beto Richa não fez nenhum movimento ainda.

Fica no mesmo lugar

O Ministério Público Federal (MPF) pediu a transferência do ex-governador Beto Richa do Regimento de Polícia Montada para a sede da Polícia Federal ou o Complexo Penal, em Pinhais, mas o pedido foi negado. O juiz da 23ª Vara Federal de Curitiba, Paulo Sérgio Ribeiro, alegou que não compete a ele deliberar sobre a alocação de presos e que isso recai sobre as autoridades responsáveis pela carceragem, observando os critérios de segurança e de acordo com a disponibilidade de vagas no sistema prisional.